



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.144, DE 2025

(Do Sr. Sargento Portugal)

Esta lei proíbe a utilização de quaisquer tipos de redes sociais baseadas na internet, aplicativos via internet, inclusive de tráfego e navegação por “GPS” e quaisquer outros recursos via internet, para divulgação de locais de realização de “blitzes”, operações policiais, operações da Lei Seca e afins e dá outras providências.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
COMUNICAÇÃO;

VIAÇÃO E TRANSPORTES E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. Sargento Portugal)

Esta lei proíbe a utilização de quaisquer tipos de redes sociais baseadas na internet, aplicativos via internet, inclusive de tráfego e navegação por “GPS” e quaisquer outros recursos via internet, para divulgação de locais de realização de “blitzes”, operações policiais, operações da Lei Seca e afins e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei proíbe a utilização de quaisquer tipos de redes sociais baseadas na internet, aplicativos via internet, inclusive de tráfego e navegação por “GPS”(Global Positioning System) e quaisquer outros recursos via internet, para divulgação de locais de realização de “blitzes”, operações policiais, operações da Lei Seca e afins.

Parágrafo único. Fica compreendido como locais de realização de blitzes, operações policiais, operações da Lei Seca e afins o local onde um ou mais Agentes de Segurança Pública elencados no artigo 144 da Constituição Federal se encontrarem com intuito de realizar fiscalização, operação e/ou somente baseamento, seja em viatura, seja a pé.

Art. 2º A proibição de que trata o caput do artigo 1º se estende aos membros e órgãos da administração pública direta e indireta dos poderes executivo, legislativo e judiciários dos entes federativos.

Art. 3º Os provedores de acesso à internet e as empresas possuidoras de aplicativos para dispositivos móveis, baseada na navegação por “GPS” e que contenham detalhes sobre rotas, ficam proibidas de informar, relatar e divulgar a seus usuários onde há locais de realização de “blitzes”, operações policiais, operações da Lei Seca e afins.

Parágrafo único. Os provedores de acesso à internet e as empresas possuidoras de aplicativos para dispositivos móveis, baseada na navegação por “GPS” e que contenham detalhes sobre rotas, devem, na data de vigor desta lei, retirar as opções de informação de localização da polícia, ficando portanto proibida a interação entre o aplicativo e os usuários na divulgação dessa informação.

Apresentação: 01/07/2025 11:44:46.147 - Mesa

PL n.3144/2025





Art. 4º Divulgar a localização de locais de realização de “blitzes”, operações policiais, operações da Lei Seca e afins:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único - Aumentar-se-á a pena de 1/3 (um terço) até a metade, se a comunicação for realizada por funcionário público.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As constantes divulgações das localizações da polícia via Redes Sociais vêm trazendo constantes problemas de Segurança Pública. O uso indiscriminado de aplicativos e redes sociais da internet para divulgar as localizações de blitzes, operações policiais, operações da Lei Seca e afins, deixam estes agentes vulneráveis a ataques de marginais da lei, além de trazer insegurança também para a população pacífica e ordeira desse país.

As blitzes policiais são ações de caráter estratégico e realizadas por agentes de Segurança Pública em vias, rodovias, estradas e ruas, com o objetivo principal de fiscalizar motoristas que possam estar irregulares.

Desse modo, é uma operação de fiscalização realizada pelas forças de segurança, geralmente em locais estratégicos, para que se verifiquem o cumprimento das leis de trânsito e se há armas, drogas, foragidos da justiça, materiais ilícitos, objetos de crime, etc... portanto, não há nenhuma razão plausível para que uma blitz seja divulgada com antecedência e tenha sua localização alardeada pela internet.

Ao fazer uma blitz, portanto, os agentes querem identificar infrações, prevenir crimes e reforçar a segurança pública, conforme as leis brasileiras.

A blitz policial serve para garantir o cumprimento das leis de trânsito, prevenir crimes e reforçar a segurança pública, mantendo com essas ações um papel essencial na preservação da vida e na manutenção da ordem.

Esta proposição veio sobretudo para complementar, atualizar, trazer modernidade e segurança jurídica quando o assunto é alertar sobre blitz policiais.





O artigo 265 do código penal brasileiro já vinha sendo aplicado nesses casos, mas nos recursos jurídicos, recebia entendimentos diversos.

Juristas são enfáticos em afirmar que divulgar blitz é crime de trânsito, pois é interpretado como uma ameaça e um risco à segurança da sociedade, qualquer tipo de aviso, seja com o farol ou algum tipo de sinalização, incluindo também qualquer participação em grupos de aplicativos de celulares ou de rede sociais que tenha o objetivo de divulgar a localização de blitz de trânsito e fiscalizações dos agentes públicos.

As operações de trânsito têm caráter estratégico, nelas são verificados placas, documentos, chassis, etiquetas e outros detalhes, e quando uma blitz é divulgada, os agentes policiais ficam em situação de vulnerabilidade, inclusive, colocando suas vidas em risco.

<https://autopapo.com.br/noticia/avisar-blitz-crime-inafiancavel/>

As blitzes, operações policiais, operação Lei Seca e afins desempenham um papel importante na segurança pública como um todo. Nessas operações ocorrem abordagens e fiscalizações onde são apreendidas armas, drogas, produtos ilícitos, veículos roubados e furtados, etc... Foragidos da justiça e pessoas com mandados de prisão em aberto também são identificadas e presas nessas ocasiões.

Ou seja, uma blitz vai muito além da simples verificação de documentos ou equipamentos obrigatórios: ela é uma ferramenta estratégica das forças de segurança para combater a criminalidade e proteger a população.

Desta forma, a divulgação da localização exata das blitzes, que já era considerado crime pelo Código Penal, recebe uma modernização e atualização, mas mantendo as mesmas penas que já vinham sendo aplicadas anteriormente.

Assim, por se tratar de matéria de relevância, com o intuito de se promover a justiça, não há como não tramitar nessa Casa de Leis, uma iniciativa tão relevante.

Diante do exposto, resta clarividente o mérito do projeto de lei em comento, em que objetiva racionalizar a legislação pátria vigente, alcançando um texto equilibrado, adaptado e padronizado às demandas modernas, demonstrando-se, por conseguinte, estarem amparadas em nobres e salutaras premissas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal SARGENTO PORTUGAL

4

Por fim, certo da importância e sensibilidade do projeto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Sargento Portugal
Deputado Federal – PODEMOS/RJ

Apresentação: 01/07/2025 11:44:46.147 - Mesa

PL n.3144/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

CONSTITUIÇÃO DE 1988	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-19885-outubro-1988-322142-normapl.html
-----------------------------	---

FIM DO DOCUMENTO
